

COMISSÃO ESPECIAL
PL 7197/02 - Revisão das Medidas Educativas do ECA

REQUERIMENTO Nº DE 2017
(Do Sr. Aliel Machado)

Requer a realização de reunião pública para discutir o PL 7197/02 e apensados, em Telêmaco Borba e Guarapuava, no Paraná, para tratar sobre a revisão das medidas socioeducativas do ECA.

Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, conforme disposições regimentais, ouvido o Plenário desta Comissão, a realização de visita às cidades de Telêmaco Borba e Guarapuava, no Estado do Paraná, bem como, aproveitando o ensejo, a realização de reunião pública com autoridades locais, para discutir a revisão das medidas socioeducativas do Estatuto da Criança e do Adolescente.

JUSTIFICATIVA

Para discutir a revisão do Estatuto da Criança e do Adolescente é fundamental conhecer a realidade da violência que envolve o jovem no país. Não só é necessário discutir no campo teórico as mudanças, como também é crucial conhecer a realidade das unidades que implementam as medidas socioeducativas.

Após a viabilização de reuniões em outras cidades, como Ponta Grossa e Londrina, foi identificado que o Paraná concentra experiências muito bem-sucedidas e outras situações calamitosas. Em que pese outros estados tenha sediado reuniões da Comissão (Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro, por exemplo), o Estado do Paraná cumula características que podem viabilizar produtivas reuniões para debater o tema e evoluir na elaboração do Relatório.

Em termos gerais, o Paraná é um dos estados com melhores condições nas unidades de internação de adolescentes em conflito com lei, revela o estudo “Um olhar mais atento nas unidades de internação e semiliberdade para adolescentes”, divulgado em 2015 pelo Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP).

Os dados foram revelados justamente em meio à discussão na Câmara dos Deputados sobre a redução da maioria penal de 18 para 16 anos. Como o debate sobre a redução da maioria ainda segue no Senado, os dados são ainda atuais e cruciais para o Relatório ainda a ser aprovado pela Comissão.

Outro dado positivo é que 65% das unidades no Paraná são consideradas adequadas e salubres. Mas apesar da boa condição na comparação com as demais unidades da federação, ainda há muito o que avançar, e os problemas constatados

no Estado são praticamente os mesmos de toda a federação, por isso serviria como bom parâmetro para o Relatório.

Guarapuava é uma cidade polo em região que concentra mais de um milhão de pessoas, e não possui um CENSE - Centro de Socioeducação. O Conselho Tutelar de Guarapuava acaba cumulando funções, e são projetos esparsos na cidade que tentam lidar com o tema, ainda caminhando a passos curtos.

A demanda na cidade é clara para que os menores possam ser assistidos por profissionais capacitados. Em 2016 a Câmara dos Vereadores aprovou um projeto de lei que propõe a doação de um terreno para a construção de um Cense (Centro de Socioeducação) em Guarapuava. Iniciativa do Governo do Estado, o objetivo do Centro, que funciona em regime fechado, é reintegrar socialmente jovens que cometeram delitos graves. A área de 20 mil m² é localizada no bairro Boqueirão e deve abrigar uma estrutura para 60 vagas, sendo 40 masculinas e 20 femininas.

Telêmaco Borba – PR evidencia situação similar. Recentemente o Secretário da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos do Paraná, Artagão Júnior, recebeu o prefeito de Telêmaco Borba, Luiz Carlos Gibson, para discutir projeto de construção do Cense (Centro de Socioeducação). O cronograma, todavia, segue atrasado.

Inicialmente, o município também havia manifestado interesse na construção da Casa de Semiliberdade. Durante a reunião, porém, ficou decidido em focar os esforços no Cense, cujo projeto de doação do terreno ao Estado tramitou em regime de urgência na Câmara de Vereadores em 2016.

Acompanhar a construção de um CENSE será fundamental para os trabalhos da Comissão, em que as medidas socioeducativas são repensadas.

Enfim, visitar cidades com essas demandas seria fundamental para rediscutir as medidas legislativas voltadas à proteção e à sanção do adolescente infrator. E experiências bem ou malsucedidas, por assim dizer, também importam à Comissão, além dos debates teóricos que podem ser tratados nas reuniões públicas.

Portanto, conhecer a realidade de cidades como Telêmaco Borba – PR e Guarapuava - PR no tema tratado na Comissão, com a presença e contribuições de autoridades especializadas, de instituições que integram o sistema de reinserção social para menores infratores, será muito profícuo para seus trabalhos.

Sala das Comissões, em 16 de fevereiro de 2017.

Deputado Aliel Machado